

Mary Jane Spink • Peter Spink (Orgs.)

PRÁTICAS COTIDIANAS E A NATURALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE

Uma semana de notícias nos jornais

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade :
uma semana de notícias nos jornais / Mary Jane Spink, Peter
Spink, (orgs.). – São Paulo : Cortez, 2006.

Vários autores.
ISBN 85-249-1210-3

1. Desigualdade - Brasil 2. Jornais 3. Jornalismo - Brasil
I. Spink, Mary Jane. II. Spink, Peter.

06-0571

CDD-305.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desigualdade social : Sociologia 305.0981

Mary Jane Spink • Peter Spink (Orgs.)

**PRÁTICAS COTIDIANAS E
A NATURALIZAÇÃO
DA DESIGUALDADE**

Uma semana de notícias nos jornais

PRÁTICAS COTIDIANAS E A NATURALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE: uma semana de notícias nos jornais

Mary Jane Spink • Peter Spink (orgs.)

Capa: DAC

Preparação de originais: Elisabeth Matar

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Dany Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 2005 by Organizadores

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 317 — Perdizes

05009-000 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — março de 2006

Sumário

Introdução

<i>Mary Jane Spink e Peter Spink</i>	7
1. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística	
<i>Mary Jane Spink</i>	17
2. Quem lê tanta notícia? O meio ambiente na imprensa de Sorocaba, Florianópolis e Macapá	
<i>Marcos Reigota</i>	42
3. O(s) cotidiano(s) do(s) Rio(s) de Janeiro	
<i>Ronald Arendt e Alexandra Tsallis</i>	66
4. A desigualdade cotidiana — a naturalização das materialidades territoriais	
<i>Peter Spink</i>	88
5. Espaço urbano e constituição subjetiva da desigualdade social: uma possível leitura das políticas da diferença	
<i>Solange Jobim e Souza e Carlos André F. Passarelli</i>	109
6. Desnaturalizando identidades e diferenças da adolescência	
<i>Neuza Maria de Fátima Guareschi</i>	126

7. A violência: gênese, manipulação e ocultamento social <i>Fernando Luis González Rey</i>	143
8. A naturalização do discurso liberal: riscos da privatização do público <i>Henrique Caetano Nardi</i>	165
9. Para além da naturalização, em busca de redes de significações <i>Katia de Souza Amorim</i>	189
Sobre os Autores	209

Introdução

Mary Jane Spink
Peter Spink

O Brasil é, simultaneamente, muitos países diferentes. Lado a lado com o país do futuro, do futebol e dos recursos naturais, o Brasil tem um dos mais altos índices de desigualdade no mundo. Há pelo menos 50 milhões de pessoas procurando viver com uma renda *per capita* de 80 reais por mês, em uma situação onde as taxas de desemprego permanecem por volta de vinte por cento da população economicamente ativa e a qualidade da grande maioria dos postos de trabalho é precária, com pouca ou nenhuma garantia laboral. Mais de trinta por cento dos brasileiros têm dificuldade de se movimentar em um mundo de documentos e formulários, porcentagem esta que chega até quase noventa por cento em certas áreas rurais. Por detrás desses e outros indicadores de desigualdade, estão as diferenças de gênero, de idade, de educação, de orientação sexual e de etnia. Utilizando os dados do Indicador de Desenvolvimento Humano, IDH, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, FASE, publicou em 2003 um relatório que mostra que, se o Brasil da média ocupa o septuagésimo nono lugar no mundo, o Brasil do branco ocupa o quadragésimo nono lugar e o Brasil do negro ocupa o centésimo oitavo lugar. Desconstruir as médias é, aliás, uma obrigação de todos em um país desigual. As taxas médias de mortalidade infantil, por exemplo, escondem diferenças assustadoras que emergem

5

Espaço urbano e constituição
subjetiva da desigualdade social:
uma possível leitura das políticas da diferença

*Solange Jobim e Souza
Carlos André F. Passarelli*

Os fluxos das ilhas

“— Tanta coisa que eu tinha a dizer mas eu sumi na poeira das ruas”;

“— Eu também tenho algo a dizer mas me foge a lembrança”.

(Paulinho da Viola, “Sinal Fechado”)

Em que medida o andar a esmo pelas ruas de uma cidade pode dizer algo a respeito de nossos desejos, ou daquilo que nós, psicólogos, convenciamos chamar de subjetividade? As narrativas de Walter Benjamin (1987) sobre sua infância em Berlim revelam, de forma poética, como a experiência com a cidade é um dos elementos constituintes da intimidade do sujeito moderno. Por exemplo, em um feriado judaico, o infante Benjamin se perde a caminho da casa do tio que o levaria à sinagoga e essa andança errática lhe dá a consciência de duas “ondas” de

sentimentos: o medo por não saber orientar-se pelas ruas de um bairro desconhecido e uma espécie de júbilo pela transgressão em curso:

E ambas as ondas se fustigaram impetuosamente naquela primeira grande sensação de desejo, em que se misturavam a violação do dia santo e a obscenidade da rua, que me fez entrever, pela primeira vez, os serviços que prestava aos instintos recém-despertados (Benjamin, 1987, p. 89).

As nossas análises sobre três notícias de jornal, cujo tema é a cidade do Rio de Janeiro, buscam, assim como a descrição benjaminiana do perambular pelas ruas de Berlim, revelar as interfaces entre a subjetividade e a cidade, na tentativa de retirar o termo “cidadania” da letargia dos discursos políticos, esvaziados de sentidos. Assim, nossa empreitada assemelha-se ao olhar filosófico que Leandro Konder (1994) lança sobre a cidade. Articulado em uma perspectiva interdisciplinar, esse olhar constata, inicialmente, que a cidade, na sua mais simples forma de aglomerado urbano, é um fenômeno marcado por uma contingencialidade histórica e cultural. Ou seja, as cidades não existiram sempre e suas configurações são tão variadas quanto as épocas históricas em que elas floresceram ou decaíram.

No entanto, o olhar filosófico também é capaz de revelar algumas permanências, não para que deixemos de refletir sobre a cidade como um fenômeno social e histórico, mas, principalmente, para extrairmos de nossas análises justamente os aspectos que nos remetem aos universais da experiência humana na produção de conhecimento sobre o mundo e sobre o outro: no caso da cidade, estamos falando das desigualdades e dos processos sociais de exclusão. O comércio (de bens, de idéias, de experiências) talvez tenha sido um dos elementos mais importantes no desenvolvimento das cidades. No entanto, ao mesmo tempo em que cumpria uma função agregadora e protetora da cidade, o comércio também acabou por fortalecer as noções de individualidade e autonomia, fonte de desigualdades: “as disparidades sociais se acentuaram. A concentração da propriedade acarretava um desequilíbrio econômico: aprofundava-se o fosso entre ricos e pobres no interior da mesma comunidade” (Konder, 1994, p. 76). Dito de outro modo, é, na cidade, com as experiências desse homem urbano, que iremos assistir ao florescer do sujeito, que atingirá sua maturidade na modernidade, respaldado pelo

Ideário iluminista. A fim de garantir a convivência pacífica dos cidadãos, os governos terão que elaborar as suas políticas, mas também organizar as suas polícias. Aliás, como nos lembra Konder, as duas palavras — polícia e política — provêm do radical *pólis*.¹ E é na experiência da *pólis* grega que iremos encontrar uma tentativa de articular o exercício do poder com a vida nas cidades, na medida em que a democracia grega, apesar da distinção que fazia entre cidadãos (homens livres) e não-cidadãos (mulheres, escravos, estrangeiros),

(...) fez da cidade um lugar onde as pessoas são desafiadas a conviver com as diferenças incômodas e precisam aprender a persuadir os outros de que os interesses básicos da comunidade passam por “determinados” caminhos particulares, quer dizer, precisam aprender a fazer política (Konder, 1994, p. 74).

Mas, se desde a antiguidade a convivência com os diferentes constituiu-se em desafio que o sujeito urbano precisa enfrentar, ao nos depararmos com a preocupação moderna de conquistar um lugar ao sol — o lugar do sujeito — passamos a oscilar entre dois pólos de difícil equacionamento: as relações entre o público e o privado, tão bem descritas e analisadas por Richard Sennett (1988). Assim, um dos aspectos que caracteriza a complexidade das cidades contemporâneas reside justamente no convívio com uma multidão de sujeitos isolados, ou, como descreve Engels ao narrar suas impressões sobre Londres, em um ambiente social no qual os indivíduos

(...) passam pelos outros com pressa, como se nada tivessem em comum, nada que ver uns com os outros (...). A indiferença brutal, o fechamento insensível de cada um nos seus próprios interesses privados, manifesta-se tanto mais repugnante e ofensivo quanto mais alto é o número de indivíduos condensados em espaço apertado (Engels apud Benjamin, 2000, pp. 346-7).²

1. Sobre este tema ver Pecheman, R. M. (2002). *Cidades estreitamente vigiadas; o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

2. Tradução de Edson Araújo Cabral e José Benedito de Oliveira Damiano, extraída de Benjamin *et al.* (1983) *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os pensadores), pp. 346-7.

A cidade moderna é, pois, o lugar do desencontro. Obrigados a viver um cotidiano nervoso, marcado pela necessidade de colocar cotidianamente a vida em movimento, os sujeitos modernos são absorvidos por um fluxo e um tempo que sempre lhes parecem exteriores. Isolamento, desencontro e fluxo: essas são as imagens dos nossos dias, que Cortazar soube expressar de forma magistral em seu conto “A autoestrada do sul”, transposto para o cinema por Goddard no filme “Weekend à francesa”. No conto, após o fim de um feriado prolongado, motoristas que retornam a Paris acabam retidos durante dias em um enorme congestionamento de causas ignoradas, no qual travam contatos e estabelecem relações que, no cotidiano parisiense, parecem impossíveis. Mas, se o encontro se tornou possível dada a interrupção do fluxo dos carros, a retomada do movimento novamente separa as ilhas urbanas, e coloca cada um no seu ritmo individual e solitário:

E na antena do rádio flutuava alucinadamente a bandeira com a cruz vermelha, e se corria a oitenta quilômetros por hora em direção às luzes que cresciam pouco a pouco, sem que já se soubesse bem para que tanta pressa, porque essa correria na noite entre automóveis desconhecidos, onde ninguém sabia nada sobre os outros, onde todos olhavam fixamente para a frente, exclusivamente para a frente (Cortazar, 1984, pp. 27-28)

Em alguma medida, as notícias que coletamos durante uma semana de dezembro em um jornal carioca, parecem falar do isolamento e do confinamento que a cidade grande nos impõe, e do modo como perpetuamos uma relação com o ambiente urbano que o distancia cada vez mais do exercício público do poder, como acontecia na *pólis* grega. Cada uma, a seu modo, irá trazer à tona a discussão sobre as contradições entre o público e o privado e, o que nos parece mais grave, irá mostrar o desaparecimento da cidade no horizonte da experiência humana que se manifesta no desencontro, na sensação de vazio e da solidão.

O flâneur, leitor de jornais

A metodologia que orientou a análise das notícias por nós desenvolvida neste texto foi inspirada na abordagem filosófica apresentada

por Walter Benjamin (1991), especialmente na obra “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo”. Tomamos como referência os textos onde Benjamin descreve o surgimento de um novo comportamento do homem moderno, o *flâneur*, em um momento histórico com grande significado político para os desdobramentos do capitalismo ocidental. Amante das multidões, esse personagem perambula pelas ruas das grandes metrópoles se misturando com a massa humana que se desloca apressada em todas as direções, sofrendo seus impactos tanto corpóreos, quanto subjetivos. Se, por um lado, perambular pela cidade, deixando-se levar pelo deslocamento da massa, o deixa incógnito e identificado com a ociosidade e o descompromisso, por outro, o *flâneur*, ao agir deste modo, se transforma também em uma espécie de detetive. A indolência do *flâneur*, diz Benjamin, é apenas aparente, pois “*nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor*” (p. 38). Estar incógnito na cidade permite ao *flâneur* um campo de visão privilegiado. Benjamin acrescenta que, em tempos de terror, quando cada qual tem em si algo do conspirador, o papel de detetive, assumido pelo *flâneur*, oferece as melhores perspectivas para se desvendar desafios.

Imbuídos desta perspectiva filosófica e literária resolvemos adotar a atitude do *flâneur-detetive* como metodologia de análise das notícias sobre a cidade do Rio de Janeiro, publicadas no jornal *O Globo*, durante a semana de 8 a 13 de dezembro de 2003. Assim, escolhemos o caderno sobre a cidade e deixamos nosso olhar vaguar pelas notícias como se estivéssemos perambulando pelas ruas do Rio de Janeiro, deixando-nos capturar pelos modos como os jornalistas/articulistas retratavam as notícias que falavam sobre a desigualdade e a exclusão social. Depois de muitas deambulações pela cidade do Rio de Janeiro, através das narrativas oferecidas pelos articulistas naquela semana, escolhemos, para uma análise mais detalhada, três notícias. Estas se ofereceram aos nossos olhos de *flâneur-detetive* como pistas promissoras, que nos conduziriam a uma possível discussão dos muitos crimes cotidianos que desembocam nas formas consolidadas de desigualdade, de indiferença e de exclusão social. Foi com base nesta metodologia que aceitamos o desafio de percorrer a cidade, analisando-a através das pistas deixadas nas narrativas

jornalísticas. Nosso propósito é o de oferecer novas pistas para a continuidade deste debate.

Entre parênteses

Antes de entrar na discussão propriamente dita dos temas levantados pelas matérias que coletamos, cabe mencionar duas impressões suscitadas pela leitura das notícias, passados apenas cinco meses desde que elas foram publicadas. Hoje, elas se revelam um tanto quanto anacrônicas e, contraditoriamente, parecem falar de um estado de coisas que sempre foi assim, que se mantém imutável ao longo de anos a fio. O anacronismo talvez seja fruto de uma série de acontecimentos ocorridos nos últimos meses na cidade do Rio de Janeiro, naquilo que a imprensa denomina como Guerra do Tráfico, estabelecendo paralelos entre os acontecimentos nas favelas cariocas e a ocupação norte-americana no Iraque. Embora uma das notícias que apresentamos se refira explicitamente à ação de traficantes em um equipamento social de uma comunidade carente, nada se compara à experiência mais recente de projéteis zunindo pelas cabeças (e, em alguns casos, atravessando os corpos) de cidadãos que, até há bem pouco tempo, sabiam das balas perdidas de ouvir falar. A comoção é tamanha que as autoridades, também perdidas, propõem a construção de muros em torno das favelas e clamam pela intervenção do exército, mais para confirmar a representação de que estamos em guerra, do que para garantir a segurança pública.

Mas, isso já não ocorreu antes? É justamente esta pergunta que nos fala dessa outra impressão de que estamos nisso há muito tempo, e cuja origem remonta aos nossos primeiros contatos com a cidade quando, forasteiros ou nativos, dela nos falavam nossos pais e os jornais de então. Ou seja, a cidade que hoje parece viver o colapso é a mesma que nos descreveram como sendo perigosa, local onde habitam malandros, e onde a miséria se mistura com a violência, em pleno centro da cidade e em suas áreas mais nobres. Essas impressões contraditórias falam também da contradição de nossos sentimentos em relação ao Rio de Janeiro, de nosso amor e pavor de transitar em suas ruas e se deparar com “essa

gente bronzeada". Devemos confessar, portanto, que são essas impressões que balizam a nossa análise.

As fronteiras borradas

Em plena Avenida Rio Branco, principal artéria do centro comercial da cidade, um vendedor ambulante (camelô, no popular) gritava: "Office XP, CD virgem, Word 2000, Paixão de Cristo! Somente dez reais". Demoramos um tempo para entender que junto com os programas de informática, o tal camelô vendia a cópia, tão pirata quanto os *softwares*, do último filme de Mel Gibson, que mal tinha chegado às telas dos cinemas. Se já era absurda a transformação do sacrifício do filho de Deus em um espetáculo cinematográfico de violência descomunal, a sua versão pirata na boca de um camelô só torna mais viva a sensação que temos ao transitar pelas ruas da cidade: do giz mata-barata ao celular de última geração, passando pelo transe místico, tudo se vende e se compra nas calçadas do Rio. E por um preço bem mais em conta do que na loja, que fica logo ali ao lado.

Diante dessa profusão de gritos, que muitas vezes acaba em confronto físico (olha a metáfora da guerra, de novo) entre policiais municipais e camelôs, o arquiteto Henock de Almeida lança a pergunta que intitula a matéria assinada na coluna "Opinião", do jornal *O Globo* de 8 de dezembro de 2003: "A quem pertencem as calçadas?". Defendendo que a apropriação do espaço destinado à circulação de pedestres (público, portanto) pelos camelôs e suas mercadorias se constitui em um grave problema urbano, o articulista defende a criação de um fórum, envolvendo os diversos setores implicados com a questão: sociedade civil, políticos, camelôs, urbanistas e autoridades municipais.

Embora a sugestão do arquiteto pareça sensata, ela, de modo algum, responde à pergunta desafiadora que ele nos lança. Talvez porque ela não tenha resposta. Mas, ela é sintomática das contradições nas representações sociais e percepções sobre o público e o privado, ao mesmo tempo em que fala de um tipo de relação com a cidade que não deve ser creditada somente aos camelôs. A falta de uma consciência ecológica por parte da classe média, por exemplo, nos faz pensar que os destinos

que são dados a certos detritos, lançados para fora das janelas dos carros, nos poucos momentos em que as janelas são abertas, também representam uma forma de ocupação do espaço público, ou melhor, de uma relação com ele. Também essa mesma classe média, ao abarrotar as calçadas com seus carros, apropria-se, tal qual o camelô, de algo que deveria ser de uso coletivo. Das pichações nas fachadas dos edifícios públicos ao alto som do rádio e dos carros invadindo de forma involuntária nossos ouvidos, encontramos vários exemplos de poluições visual e sonora, entre outras, que nos mostram que aquilo que é público é de ninguém, justamente porque não temos a consciência de algo que pode ser de todos, indistintamente.

Se na *pólis* grega o espaço público era algo que deveria ser ocupado pelos cidadãos para definir modos de convivência com a diferença que pudessem organizar a vida social, isto é, o público era o local por excelência da ação política, hoje em dia, nas nossas cidades modernas, preocupados que estamos em alcançar nossa felicidade individual, a qualquer preço, não sabemos como nos comportar quando estamos em um lugar que, por definição, é destinado a todos, ao coletivo. Nossa reação, portanto, é fazer daquele espaço algo privado, algo do qual se toma posse, se apropria e se privatiza. Montamos ali a nossa barraca, ao mesmo tempo em que conspurcamos tudo em volta, pois sabemos que ali não vamos ficar para sempre, pois é terra de ninguém. Portanto, a pergunta do arquiteto "*A quem pertencem as calçadas?*" reforça a noção de que o espaço tem que ser privatizado, nem que seja pelo poder público, pois ele deve pertencer a alguém. Mas, se olharmos para as calçadas e entendemos que elas não precisam ser apropriadas por alguém para que sejam usufruídas por todos, aí o problema se coloca de outra maneira, por desse modo nós precisaríamos encontrar coletivamente os modos de convivermos todos nas mesmas calçadas.

Volta-se aqui, portanto, ao dilema de Engels descrito por Konder e por Benjamin (2000), a que nos referimos acima: diluídos na multidão, quais são as possibilidades dos sujeitos modernos para sair da indiferença e do ensimesmado modo como esse constrói seu conhecimento sobre o mundo? Para Benjamin, Engels reage moralmente à multidão, condenando o isolamento dos indivíduos em seus interesses privados, ao mesmo tempo em que reconhece como desagradável o ritmo com o

qual os transeuntes se deslocam. Tal percepção é fruto de uma experiência provinciana com a cidade. O olhar de Engels, para Benjamin, difere radicalmente da postura do *flâneur*, que cede à tentação de perder-se na multidão. O sujeito errante pelas ruas de Paris nos poemas de Baudelaire não é extrínseco à multidão, e vice-versa, isto é, no ambiente da cidade, a massa e o indivíduo estabelecem uma relação de interdependência. A paisagem urbana se confunde com a massa que nela transita e habita, tornando impossível referir-se à cidade sem falar de seus cidadãos. E, também, ao descrever os sujeitos urbanos, certamente irá emergir o contorno, ainda que borrado, da cidade.

A atitude do *flâneur*, no entanto, parece ser a grande dificuldade de nossos dias, pois a convivência em um mesmo espaço significa reconhecer, por um lado, as diferenças que são constituintes da relação com o outro e, de outro, as desigualdades que são perpetuadas justamente porque o espaço se transformou em um bem privado, isto é, um capital que precisa ser concentrado nas mãos de poucos. Não é, portanto, por acaso, que estamos agora sitiados em nossas próprias casas, pois, ao privatizar a cidade, foram se definindo os territórios dessa ou daquela facção, desse ou daquele monopólio, dessa ou daquela gangue, dessa ou daquela agremiação de torcedores de futebol, dessa ou daquela classe social. Não existem mais espaços coletivos e, para entrar no território do outro, há que se pedir permissão. É a isso que estão obrigados os jovens usuários de uma determinada vila olímpica de uma determinada comunidade do subúrbio carioca.

A privatização da segurança

Também no mesmo jornal *O Globo*, onde encontramos o texto do arquiteto sobre a ocupação das calçadas no centro do Rio por camelôs, lemos, no dia 9 de dezembro de 2003, que uma determinada facção criminosa ordenou o fechamento de uma vila olímpica, um equipamento social montado pela prefeitura e administrado por uma organização não-governamental, destinado à prática de esportes por crianças e adolescentes de comunidades de baixa renda. A ordem foi motivada pelo não-pagamento de uma taxa de 30 mil reais mensais, que deveria ser feito

em troca de proteção. Mesmo afirmando que não houve nenhuma ameaça de extorsão, a prefeitura decidiu por antecipar o início do recesso de fim de ano, e a vila foi fechada.

Duas discussões servem de pano de fundo para essa notícia. A primeira diz respeito à atuação de facções criminosas de modo a constituir algo que a imprensa e alguns analistas denominam de “poder paralelo”. A outra refere-se a uma campanha educativa, cujo tom vem sendo assumido por grande parcela da população carioca, promovendo a prática esportiva como uma alternativa para que a juventude não ceda à tentação das drogas, nem faça do crime um modo de ganhar a vida.

Não é nosso objetivo aqui discutirmos se o tráfico representa um poder paralelo ou se o incentivo ao esporte é efetivamente uma boa estratégia para a prevenção do uso de drogas. O que nos chama a atenção é como a existência do tráfico de drogas, e sua associação no imaginário social com a miséria, acabam por sustentar a idéia de que a infância e a juventude precisam ser preservadas e protegidas de algo ameaçador (as drogas, a violência, o crime organizado) sem que os interessados sejam inquiridos ou consultados sobre quais alternativas lhes parecem mais interessantes para se defender de seja lá o que for.

Ou seja, a vila olímpica é construída pela prefeitura (portanto, assim como as calçadas que “pertencem” aos camelôs, é um espaço público) e entregue a uma organização não-governamental para que seja gerenciada e esta, por sua vez, supostamente se rende às ameaças de criminosos que oferecem uma espécie de proteção, que deveria estar sendo suprida pelo poder público. Ora, se o equipamento era para jovens e crianças, por que não eram eles os administradores do espaço, ou pelo menos tinham algum poder de decisão sobre o mesmo? Essa pergunta nada mais é do que a provocação que nos lança Zygmunt Bauman (1998) ao referir-se aos cidadãos pós-modernos como turistas e vagabundos. Isto é, a nossa relação com a cidade é feita para não durar; não temos tempo de nos deter sobre as coisas e, mesmo se o tivéssemos, parece que as coisas estão dispostas de um modo tal que a única relação possível seja caracterizada pela fugacidade: “a ação humana não se torna menos frágil e errática — é o mundo em que ela tenta inscrever-se e pelo qual procura orientar-se que parece ter-se tornado mais assim”

(Bauman, 1998, p. 112). Em consequência, tanto o espaço, como o tempo só servem como referência na medida em que são individualizados, privatizados e submetidos ao desejo hedonista de uma felicidade privada, seja a do traficante, a do funcionário público ou a do líder comunitário, mas quase nunca a do jovem ou da criança, para quem o equipamento foi supostamente construído. Assim, o jovem e a criança, isto é, aqueles que poderiam desfrutar do local de forma talvez um pouco mais autônoma, ficam impedidos de entrar e de fazer dali um espaço de permanência, ou que pelo menos dure o tempo de uma juventude, ou de uma partida de futebol com amigos.

Esse é um ponto-chave para tentarmos estabelecer um paralelo entre segurança pública e os projetos de felicidade individual, como nos mostra a análise que Bauman (1998) faz da pós-modernidade. Recorrendo à imagem freudiana da civilização como mal-estar, na medida em que o homem moderno deve abdicar de sua felicidade sexual para ter garantido um mínimo de segurança em uma sociedade em que o homem é o lobo do homem, a cultura pós-moderna, ao afirmar a satisfação individual como objetivo primordial, terá que lidar cotidianamente com o desconforto gerado pela perda da segurança: “a liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um (talvez o) problema para os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e dos recursos na perpétua autocriação do universo humano” (Bauman, 1998, p. 9). Na nossa cultura, na busca desenfreada pelo prazer, cada um é por si e, como não há mais Deus, ninguém é por todos. Talvez o exercício da liberdade e da cidadania, não como fins, mas como práticas de inserção social e convívio com as diferenças, nos permita estabelecer novas formas de relação com o espaço e com o tempo, reorganizando os nossos fluxos na cidade e, ao mesmo tempo, a nossa passagem pela vida.

Enquanto isso, as portas da vila olímpica continuam fechadas para os jovens. Para eles, resta a rua. Mas não é qualquer rua. Somente aquelas onde eles possam transitar sem serem notados, para não serem percebidos como uma ameaça, como representantes daquele poder dito paralelo que também os excluiu, pois neles não viu uma fonte de renda, uma mão-de-obra barata. Mas será que existe tal lugar, isto é, uma rua onde os jovens e crianças pobres podem andar como *flâneurs*, sem que

representem um incômodo ao restante da população? Se elas não existem, elas passam a se constituir pelo exercício cotidiano da intolerância, que acaba por nos cegar a todos e nos impede de enxergar as favelas que crescem ao nosso redor.

Dentro da cidade, uma cidade invisível

A manchete do jornal *O Globo* do dia 9 de dezembro estampa a frase: “Nasce uma favela na Barra. E ninguém vê”. A notícia se refere ao fato de os moradores de uma área nobre da Barra da Tijuca se darem conta, de repente, da presença de famílias pobres que se apossaram do espaço público, criando uma comunidade-favela, que, segundo depoimentos de seus residentes, já estava lá há 20 anos. Esta matéria jornalística pode ser lida como uma informação-denúncia em favor daqueles que se sentem lesados pela falta de fiscalização do governo sobre os “estrangeiros” que chegam e se apropriam do espaço público sem, contudo, pagar os altos impostos que são cobrados pelos que habitam legalmente a mesma área. Os vizinhos que pagam IPTU caro não se conformam. Mas a propriedade do terreno é uma incógnita. A Prefeitura diz que os terrenos são da GAFISA, empresa de empreendimentos imobiliários, que nega ser a dona do patrimônio. Este caso não é um episódio isolado. Ele é, ao contrário, bastante recorrente em nossa cidade, demonstrando a falta de investimentos do poder público em projetos urbanísticos que priorizem a área social, além de tantos outros problemas que se acumulam historicamente sem alcançar soluções estruturais efetivas. Não pretendemos aqui discutir esta questão sob essa ótica. Porém, como profissionais da área de psicologia, o que de fato nos interessa nesse episódio é pensar o espaço da cidade não apenas como espaço físico ou construído, mas como espaço social, ou melhor, como arena de processos sociais de exclusão-inclusão, que alimentam, por sua vez, processos que configuram a subjetividade de seus habitantes.

Em outra bela passagem de um fragmento da obra *Infância em Berlin*, Walter Benjamin (1987) apresenta um tema fundamental para nossas reflexões sobre a experiência da cidade, evocando a perspectiva do olhar da criança:

Em minha infância fui prisioneiro do antigo e do novo Oeste. Meu clã habitava então ambos os bairros, numa atitude em que se misturava teimosia e orgulho e fazia de ambos um gueto o feudo de nossa família. Nesse bairro de proprietários, permaneci encerrado sem saber da existência dos outros. Os pobres — para as crianças ricas de minha cidade — só existiam como mendigos. E foi um grande avanço em meus conhecimentos quando comecei a entender a origem da pobreza na ignomínia do trabalho mal remunerado (Benjamin, 1987, p. 125).

Este pequeno fragmento sugere que a noção de espaço urbano, articulada com a idéia de visibilidade, pode ser tomada como um recurso teórico fecundo para discutirmos a complexidade dos processos de exclusão e inclusão sociais. Por esta via de análise, a cidade se personifica, ou seja, se constitui não mais como objeto ou espaço físico, mas como um “outro” que impõe restrições e possibilidades na configuração da subjetividade de seus habitantes. Se a cidade favorece identificações, a proposta é compreender os sentidos que circulam no âmbito do diálogo entre o sujeito e a cidade, ou seja, nos modos como a cidade devolve ao sujeito a imagem de si próprio e como essa imagem é interpretada por ele como signo de sua inserção ou exclusão social. Além disto, Benjamin suscita uma reflexão sobre a amplitude da cidade grande como espaço de promoção de relações sociais inusitadas e surpreendentes em contraposição ao espaço protetor e acolhedor das comunidades locais, que hoje se configuram em guetos onde a entrada da diferença é vista como ameaça.

Maria Aparecida Tardin Cassab (2002), realizando pesquisa sobre os jovens pobres que habitam a cidade do Rio de Janeiro, analisa a dimensão paradoxal da experiência do anonimato como provocadora dos processos de identificação. Para aqueles que portam no corpo o signo visível de suas desvantagens sociais, a cidade, diz a autora, é um espelho que auto-reflete sua condição marginal, pois ao estarem circulando fora dos seus espaços de origem, são identificados, não mais como cidadãos, mas como objetos que precisam ser observados e controlados. Em contrapartida, esses mesmos sujeitos em seus espaços de origem e moradia tornam-se confortavelmente invisíveis, ou melhor, são reconhecidos como pertencendo àquele espaço sem provocar sensação de estranhamento. Entretanto, vale observar que, mesmo desenraizados e excluídos das relações institucionalizadas, essas pessoas estão presentes

na vida social. A marginalização de determinados segmentos sociais não significa um não-lugar para essas pessoas, ou mesmo que elas podem ser esquecidas, mas, ao contrário, suas demandas e sua presença ganham visibilidade na paisagem urbana, exigindo um modo de participação e de inclusão no jogo das relações sociais. A partir desta reflexão, podemos interpretar o tom de perplexidade trazida pela manchete do jornal, que registra a surpresa de alguns com o fato de os moradores “estrangeiros” àquela fatia nobre de espaço urbano terem ficado invisíveis por quase 20 anos.

Entre a diferença e a desigualdade: o direito à cidade

Como referimos, esse não é um caso isolado de notícia que revela a experiência de como o sujeito se torna estrangeiro em sua própria cidade. As três notícias aqui analisadas, recortadas em uma semana de um jornal carioca, apontam que a diversidade da grande cidade sinaliza hoje mais a estratificação e a exclusão do que as possibilidades de aprendizagem do viver coletivo a partir das diferenças sociais e culturais que aí se revelam no cotidiano. Entendemos que o reconhecimento e a identificação de quem sou eu e de quem é o outro se apóiam especialmente em situações que permitem ostentar e dar visibilidade aos sujeitos anônimos da grande cidade. Neste sentido, o espaço da cidade se oferece como uma oportunidade instigante de encontro com o outro diferente, que possibilita modos particulares de elaboração crítica da própria condição social de si e do outro, em termos de suas implicações sociais, culturais e territoriais.

Ao fazermos uma leitura dos jornais, a partir deste foco de análise, podemos afirmar que a subjetividade das crianças, dos jovens e dos adultos, na cidade do Rio de Janeiro, se constitui, hoje, em um ambiente convulsionado, violento, nervoso, onde os diferentes estratos sociais percebem seus riscos de modos diferentes e isolados. Para todos, independentemente da classe social, a cidade se transformou em espaço de risco vital permanente, no qual a sobrevivência passa a ser a moeda mais cobiçada. Mas, como tornar esse encontro com o outro diferente, especialmente com aquele que está em condições desiguais de existên-

ela, um modo de alcançarmos uma consciência política da nossa própria condição social e da do outro? Que oportunidades são oferecidas às crianças, aos jovens e aos adultos das classes sociais mais privilegiadas de identificar-se com aquele outro, habitante da mesma cidade, também criança, jovem e adulto, porém negro, pobre, sem acesso à educação, à moradia, aos serviços de saúde, entre outros bens materiais e culturais que circulam na sociedade?

Estar na cidade é estar exposto, de fato ou na imaginação, aos medos, perigos, alegrias, choques, surpresas, tristezas, agressões, angústias, rejeições, exclusões, preconceitos, divertimentos, entre tantas outras manifestações humanas que desafiam cada um de nós a responder a questão de ser ou não viável apostar na promessa de “um sonho feliz de cidade”. Se a cidade não se confunde com o discurso das pessoas que a descrevem, sua identidade cultural ganha concretude e autenticidade nesta ligação essencial entre a presença física do espaço urbano e os modos como seus habitantes são e “dizem” a cidade em palavras e ações. Tudo completa o cenário que dá um sentido vivo à cidade e a seus habitantes.

É neste ponto que, como psicólogos e educadores, retomamos novamente as notícias do jornal para refletirmos sobre o nosso compromisso social e os modos de atuação política que podemos desencadear, contribuindo para a convocação de um pensamento ético sobre os múltiplos processos de exclusão e inclusão e do modo como cada um participa deste processo.

Que estratégias de ação devem ser promovidas com o objetivo de se conquistar uma reflexão crítica que leve à construção de uma contracultura frente às tendências desorganizadoras e excludentes da cidade partida?

Concordamos com Lucia Rabello de Castro (2001), quando a autora afirma que “tornar-se cidadão não se constitui uma tarefa apenas baseada na aprendizagem diligente e racional de idéias e valores, mas na projeção afetiva do eu aos espaços, aos lugares onde a vida humana se constrói através do convívio com o outro” (Castro, 2001, p. 116). A transformação social da convivência humana e solidária no espaço da cidade não é uma questão que se resolve no âmbito de soluções tecnocratas, em

geral pensadas por alguns em benefício de poucos, mas sim uma questão de sentimento, de resgate do afeto na relação com o outro como elemento fundamental da constituição da experiência subjetiva voltada para o bem comum.

De acordo com Petrella, citado por Castro (2001):

(...) uma política da cidade consistiria em reinventar os laços sociais de um viver-junto local, solidário, promovendo lugares de integração e de representação. Trata-se, portanto, de dar poder, visibilidade e legitimidade a novos parlamentos urbanos, às redes de espaço urbano para discussão da cidadania, permitir que os cidadãos participem ativamente dos assuntos da cidade pela multiplicação de experiências de avaliação pública das políticas, debates organizados pelas novas redes públicas (...) valorizando os sistemas de trocas locais e as redes que compartilham saberes e competências (Petrella apud Castro, 2001, p. 149).

A cidade se oferece, portanto, como espaço de tensão, de confrontos, de encontros e desencontros, enfim, de desafios para enfrentarmos nossos limites interiores na busca de um permanente aperfeiçoamento daquilo que cada um pode oferecer de si na relação com o outro. Tudo isto acontece quando há situações em que as pessoas são confrontadas com fronteiras potencialmente conflituosas de identidade e diferença que devem ser negociadas no curso das trocas sociais. Isto significa que as desigualdades sociais, como diz Castro, apenas indicadas pelas diferenças sociais, podem ser elaboradas a partir de uma relação social ativa entre diferentes. Para isto é necessário recuperar o espaço da cidade como espaço público e de todos, onde se faz circular as diferenças como valores constitutivos da subjetividade na sua riqueza maior, enfraquecendo as forças antagônicas que promovem o espaço da cidade como acirramento da desigualdade social e da violência entre sujeitos que não se reconhecem na sua condição humana comum.

Nosso objetivo não é chegar a conclusões, mas incentivar a continuidade deste debate, buscando entender, como Ítalo Calvino sugere, as respostas que a cidade dá às nossas perguntas:

As cidades também acreditam ser obra do espírito e do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade,

não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas (1991, p. 44).

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BENJAMIN, W. (1987). Infância em Berlim por volta de 1900. In _____. *Obras escolhidas* (v. 2). São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1991). Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. In _____. *Obras escolhidas*, (v. 3). São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2000). Sur quelques thèmes baudelairiens. In _____. *Oeuvres III*. Paris: Gallimard.
- CALVINO, I. (1991). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASSAB, M. A. T. (2002). Les jeunes pauvres et la ville: une relation dangeueuse. In AMORIM, M. *Images et discours sur la banlieue*. Paris: Éditions Érès, Obvies, Université Paris 8.
- CASTRO, L. R. (2001). Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In _____. (org.). *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- CORTAZAR, J. (1984). A auto-estrada do sul. In _____. *Todos os fogos: o fogo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JOBIM E SOUZA, S. (1997). O filme de Jafar Panahi — O Balão Branco. In GARCIA, C. A. et alii. *Infância, cinema e sociedade*. Rio de Janeiro: Ravil/FAPERJ.
- KONDER, L. (1994). Um olhar filosófico sobre a cidade. In PECHMAN, Robert Moses. (org.). *Olhares sobre a cidade* (pp. 73-82). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- SENNETT, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.